

16 de abril de 2024 | n° 80

Comitiva de Brasília visita TCMSP para fortalecer fiscalização



VEJA NESTA EDIÇÃO

- Pauta de Reivindicações da Data-base 2024: Conquistas do Sindilex
- Câmara Municipal inicia Audiências Públicas sobre privatização da Sabesp
- ACD Nacional lança campanha de esclarecimento sobre a Securitização

NOTÍCIAS DO SINDILEX

DATA-BASE 2024

CONQUISTAS DO SINDILEX

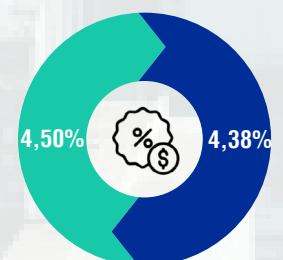
Câmara e TCM atendem pautas de reivindicações

Consideramos importante reforçar a informação sobre os itens conquistados na Data-base pelo Sindilex, que são essenciais para a remuneração dos servidores. Estes incluem demandas históricas, como a equiparação de reajustes e benefícios entre a CMSP e o TCM, além da autorização para a lotação de celetistas em Gabinete de Liderança.

Confira as pautas que foram atendidas:

REAJUSTE SALARIAL

Conquistada a reposição inflacionária dos últimos 12 meses e **4,5%**, além da 3ª parcela de reposição inflacionária de **4,38%** referente ao período da pandemia.



* Índice de 4,50% (IPCA/IBGE mar/2023 a fev/2024), ambas as Casas

* Câmara Municipal: Lei 18.102/2024 (PL 171/24)

* Tribunal de Contas: Lei 18.103/2024 (PL 170/24)

VALE REFEIÇÃO E AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Atualização dos valores do Vale Refeição e Auxílio Alimentação na Câmara Municipal acompanhando, em média, a elevação do custo com alimentação.

Equiparação dos valores desses benefícios para os servidores do Tribunal de Contas.



BENEFÍCIO COMPLEMENTAR NUTRICIONAL

Atualização do benefício dos aposentados da Câmara Municipal, o qual foi aprovado em junho/23, e já está sendo distribuído o cartão magnético.

No Tribunal de Contas foi aprovado este ano o mesmo benefício para os seus aposentados.



ABONO DE FIM DE ANO

Atualização do abono de fim de ano tanto na Câmara Municipal quanto no Tribunal de Contas.



DIREITOS DOS CELETISTAS

Aprovada Lei que concede Auxílio Funeral aos servidores celetistas, e que também permite sejam lotados em gabinetes de lideranças.



AGENDA E EVENTOS IMPORTANTES

8 de abril

Reunião da Comissão Paritária

Os diretores do Sindilex Daniel Santos, Miguel Lima, Marcos Alcy, Sônia Alves e Vera Nice participaram da reunião online da Comissão Paritária Mista de Negociação Permanente. A reunião contou com a participação de representantes das administrações da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas.

Na ocasião foram avaliados os itens atendidos da pauta de reivindicações apresentada pelo Sindilex, com destaque para as atualizações salarial, do vale refeição e dos auxílios saúde e alimentação.

Reunião da Diretoria

Sob a coordenação do presidente Daniel Santos, a reunião de diretoria debateu as conquistas do Sindilex na data-base de 2024 e salientou o ganho de demandas históricas, tais como a equiparação dos reajustes e dos valores de benefícios entre o Tribunal de Contas e a Câmara, além da autorização para lotação de celetista em gabinete de liderança partidária. Destacaram-se ainda as atualizações salariais, do vale-refeição, dos auxílios saúde e alimentação, do teto remuneratório do TCM, e da licença-prêmio na Câmara.

10 de abril

Plantão do Sindilex no TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e o vice presidente, Marcos Alcy, estiveram presentes no Tribunal de Contas para o plantão de quartas-feiras. Também acompanharam a Sessão Plenária do Tribunal.

Os plantões do Sindilex no TCM ocorrem geralmente às quartas-feiras pela manhã.

Reunião da Pública Estadual

Os diretores do Sindilex, Daniel Santos, Miguel Lima, Marcos Alcy e Eduardo Carrion, participaram da reunião da Pública Estadual, realizada

presencialmente na Fespesp – Federação dos Servidores Estaduais de São Paulo.

A reunião foi conduzida por Guilherme Nascimento, presidente da Pública SP, e contou com a participação de José Gozze e Wanderci Polaquini, respectivamente presidente e 2º vice-presidente da Pública Nacional, além de diversos dirigentes sindicais e associativos do estado.

A pauta incluiu os seguintes pontos:

- a) participação da Pública nos eventos de comemoração do 1º de maio;
- b) atualização das informações sobre o projeto da Deputada Luciene Cavalcanti, relativo ao descongelamento de tempo de serviço durante a pandemia;
- c) PEC 6 (PEC 155), entre outros temas importantes para os servidores.



Foto: Reprodução

11 de abril

Reunião com o Presidente Tuma

O presidente Daniel Santos e o vice-presidente, Miguel Lima, participaram de uma reunião com o Presidente do TCM, Conselheiro Eduardo Tuma. Também estiveram presentes representantes das entidades Astcom, Eduardo Carrion e Silas Leite, e Roberta Barbosa, representando a AudTCM.

Os dirigentes das entidades expressaram agradecimento ao Presidente pelo atendimento das pautas remuneratórias dos servidores, que incluíram conquistas históricas. Além disso, informaram o Presidente sobre a participação dos servidores do TCM na Olimpíada dos Tribunais de Contas, que ocorrerá em Palmas (TO).

SINDICALISMO PELO BRASIL



Pública participa de audiência pública de comissão do Senado

A Pública Central do Servidor participou, por meio de seu presidente, José Gozze, de uma Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. A audiência, requerida pelo Senador Paulo Paim (PT/RS), contou com a presença do Secretário de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), José Feijóo, e de Fausto Augusto Junior, sociólogo e Diretor Técnico do DIEESE. O vice-presidente da Pública, Wanderci Polaquini, também esteve presente na audiência na qualidade de ouvinte.

José Gozze fez uma exposição contundente sobre a situação dos servidores públicos no Brasil, reafirmando a necessidade de aprovação de reajustes salariais para os servidores federais e destacou as dificuldades enfrentadas por eles devido à falta de valorização e reconhecimento do seu trabalho.

Gozze ainda criticou a morosidade do governo em atender às demandas dos servidores e enfatizou a importância do Senador Paulo Paim como um defensor incansável do funcionalismo no Congresso Nacional.

Por fim, o presidente da Pública reconheceu o papel essencial dos membros do Grupo de Trabalho (GTI) que analisa a Convenção 151 da OIT, destacando os desafios significativos para sua implementação no país.

[Leia mais clicando aqui](#)

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



TCM de São Paulo recebe visita do TC/DF

O Integrantes da comitiva do distrito Federal (Brasília) visitaram o TCM de São Paulo, para conhecer e traçar metas conjuntas para a fiscalização adequada de órgãos e das políticas implantadas com a ajuda dos Triunais de Contas.

Quatro setores do Tribunal receberam a comitiva ao longo de todo o dia de reuniões. A Unidade de Informações Estratégicas (UIE) apresentou suas atribuições e ferramentas importantes de auxílio ao trabalho do TCMSP, como o QlikSense. Além disso, as bases de dados que alimentam a unidade e programas desenvolvidos como o “Ábaco” ajudam a monitorar o orçamento da cidade e colaboram na fiscalização de contratos empenhados pela Prefeitura. O Tribunal do Distrito Federal tem à sua disposição o Núcleo de Informação Estratégica (NIE) para executar tais trabalhos.

O propósito primeiro foi conhecer de perto a estrutura do Tribunal, além das ferramentas tecnológicas aplicadas nas auditorias, fiscalizações e na atuação concomitante de controle externo para a cidade.

Rafael Arantes, responsável pela área, fez um balanço do encontro com a comitiva e avaliou como este tipo de encontro é importante. “Podemos ouvir um pouco as preocupações dos colegas e também mostrarmos a eles como estamos organizados, nossos campos de atuação e principais atividades”.

[Leia mais clicando aqui](#)

TCMSP cria Grupo de Estudos da Enel



CONCESSÃO DA ENEL

TCMSP começa os trabalhos com Grupo de Estudo para analisar o contrato da Enel com São Paulo



Na última semana, o Grupo de Estudos da Enel, composto pelo corpo técnico do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, iniciou as reuniões para definir e distribuir as pautas a serem tratadas. Criado com o objetivo de verificar a qualidade do serviço e o prejuízo causado à cidade e à população, o grupo também analisará as condições, regras e a situação dos repasses relacionados à Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, conhecida como COSIP, nas contas de energia.

[Leia mais clicando aqui](#)

LEGISLATIVOS PELO BRASIL



Câmara Municipal inicia Audiências Públicas sobre privatização da Sabesp

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo realizará a primeira Audiência Pública sobre o PL (Projeto de Lei) 163/2024, do Executivo, que possibilita a adesão da capital à privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo). O debate foi agendado para segunda-feira dia 15 de abril.



Foto: Fernanda Carvalho/Fotos Públicas

[Leia mais clicando aqui](#)

CPI da Enel aprova prorrogação dos trabalhos

Na quarta-feira, dia 10 de abril, a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Enel aprovou, por cinco votos favoráveis, o requerimento para prorrogar os trabalhos por mais 120 dias.

[Leia mais clicando aqui](#)

ARTIGOS CRÍTICOS

Imagem meramente ilustrativa: Freepik

Capitalismo e vigilância digital na sociedade democrática

O texto abaixo traça as consequências da vigilância e do controle de comportamentos sociais parte das empresas big techs. Em razão de ser longo, divulgamos apenas extratos do texto que pode ser lido na íntegra no link ao final.

Esta resenha estava em preparação quando começou a pandemia do Corona Vírus. Em meio a medidas epidemiológicas e embates políticos, cogitam-se usos de tecnologias digitais para controlar o vírus. De imediato, passou-se a monitorar processos fisiológicos e comportamentos, e as *Big Techs* se propuseram a criar novas tecnologias “para o bem”. Porém, o fato é que elas e os governos já dispõem de amplo espectro de técnicas para a

observação, registro e incitação dos indivíduos. No futuro próximo haverá difusão e intensificação de seu uso, embora, nos últimos anos, elas têm sido vistas com preocupação crescente. Assim, a discussão sobre as formas, usos, efeitos e implicações sociais das tecnologias ganha maior relevo e urgência.

O capitalismo de vigilância é uma mutação do capitalismo da informação, que nos coloca diante de um desafio civilizacional. As *Big Techs* – seguidas por outras firmas, laboratórios e governos – usam tecnologias da informação e comunicação (TIC) para expropriar a experiência humana, que se torna matéria-prima processada e mercantilizada como dados comportamentais. O usuário cede gratuitamente as suas informações ao concordar com termos de uso, utilizar serviços gratuitos ou, simplesmente, circular em espaços onde as máquinas estão presentes.

A condição para a emergência do capitalismo de vigilância foi a expansão das tecnologias digitais na vida cotidiana, dado o sucesso do modelo de personalização dos produtos da Apple no início dos anos 2000. No terço final do século XX, estavam criadas as condições para uma terceira modernidade, voltada à realização dos valores e expectativas dos indivíduos. O neoliberalismo contraria essas potencialidades, porque maximiza as necessidades dos indivíduos, mas bloqueia suas possibilidades de supri-las, tornando-os vulneráveis às promessas e riscos do mundo digital. As autoridades não controlaram a concentração das empresas, não limitaram as técnicas comportamentais nem criaram restrições legais para os termos de uso.

A tese central é que o capitalismo de vigilância configura um regime, ou ordem econômica, contrário às bases da civilização liberal. A instalação em curso do poder instrumental afetaria nossos sentimentos e formas de vida, por corroer a confiança nos outros, quebrar reciprocidades e

esvaziar a nossa capacidade de criar compromissos e de construir perspectivas compartilhadas de futuro, eliminando nossa autonomia ou livre vontade. Ele é distinto do totalitarismo, pois é operado por empresas, adota meios de modificação *soft* dos comportamentos, e sua finalidade é o lucro. Ele se afasta do capitalismo de mercado porque pretende a informação total e a certeza sobre comportamentos e processos sociais, quebra as reciprocidades entre empresas, empregados e consumidores, e projeta um novo coletivismo com exclusão social, exploração do trabalho precário e indiferença radical em relação à sociedade. Seria um golpe a partir de cima, dirigido contra o mercado, que impôs unilateralmente o controle do conhecimento e declarou sua própria legitimidade. Uma tirania que se alimentaria das pessoas e que implicaria a obliteração da política.

Andrei Koerner é Professor de Ciência Política na Unicamp, Diretor-Presidente do Cedec e Pesquisador do GPDH-IEA/USP e do INCT/Ineu, Campinas/SP

[Leia o artigo completo clicando aqui](#)




ACD Nacional lança campanha de esclarecimento sobre a Securitização

A Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) lançou uma página exclusiva no seu site para explicar o que é e como funciona o esquema de endividamento do Estado através da securitização de créditos.

Esse esquema de antecipação de receita através da securitização já foi condenado por uma CPI de Belo Horizonte, sobre a empresa criada pelo município PBH Ativos, que gerou 70 milhões em dívidas para BH. Aqui, no estado de São Paulo, o funcionamento dessa prática através da CPSEC (Companhia Paulista de Securitização) foi suspenso pela Justiça em razão de Ação Popular ganha em primeira instância.

[Visite o site da ACD e entenda melhor o Esquema de Securitização de Créditos](#)



**Securitização DESVIA OS
IMPOSTOS QUE VOCÊ PAGA.
É ROUBO!**

URGENTE!

A qualquer momento, pode entrar em votação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar (PLP) 459/2017, que trata da chamada “Securitização de créditos públicos”. Por meio deste mecanismo, grande parte das receitas estatais (da União, estados, municípios e DF) não chegará aos cofres públicos, pois será desviada durante o seu percurso pela rede bancária, para o pagamento de dívida ilegal gerada por esse esquema.

O PLP 459/2017 tem sido defendido sob a falsa justificativa de que iria ajudar a União, estados, municípios e Distrito Federal. Porém, na verdade, o que tem acontecido é o desvio de BILHÕES de reais dos cofres públicos, pagos por nós contribuintes causando o aumento da dívida pública, não gerando nenhum tipo de contrapartida em investimentos sociais.

Para esclarecer a população e criar uma mobilização para barrar este mecanismo que drena os recursos públicos, a Auditoria Cidadã da Dívida criou uma página com todas as informações a respeito!

[Entenda tudo clicando aqui](#)

AÇÕES JUDICIAIS

Acompanhe as matérias com ações judiciais em andamento e outras possíveis de se ingressar

Atenção servidor, fique atento ao seu saldo do PASEP



Ação PASEP

Programa de formação do Patrimônio do Servidor Público

Histórico

No início de outubro, o Superior Tribunal de Justiça, ao analisar o Tema 1.150, estabeleceu diretrizes que atribuem ao Banco do Brasil a responsabilidade por retiradas não autorizadas ou por má administração de fundos das contas PASEP.

Portanto, aqueles que se tornaram servidores públicos antes da implementação da Constituição Federal de 1988 podem ter o direito de receber uma restituição significativa se houver descoberto irregularidades nos extratos de suas contas PASEP.

Finalidade da Ação

O objetivo da ação é buscar indenização por prejuízos decorrentes de retiradas indevidas em conta individual vinculada ao PASEP.

Honorários

1) Análise do extrato e verificação da existência de saldo a ser cobrado na ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2) Se houver saldo:

2.1) Ajuizamento da ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2.2) 20% do valor a ser recebido.

Procedimento

1) Solicitar extrato da conta PASEP junto ao Banco do Brasil:

[Clique a aqui para o formulário do Requerimento de Extrato do PASEP](#)

2) Encaminhar extrato para o Sindilex:

Email: sindilex@sindilex.org.br

Whatsapp: (11) 96607-9578

3) Documentação adicional

- Procuração e contrato assinados
- Documento de identidade (RG) e CPF
- Comprovante de endereço
- Extrato da conta PASEP

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

[Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui](#)



Este foi o boletim Sindilex com as últimas atualizações e informações relevantes. Para manter-se sempre informado e participativo, não deixe de nos acompanhar. Além disso, estamos abrindo um canal especial para perguntas e sugestões, reforçando nosso compromisso com a transparência e a participação de todos. Compartilhe suas ideias e contribua para um Sindilex ainda mais representativo. Aguardamos o seu contato!

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais